



Anais da Assembléia

Nº 143

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 1980.

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 142ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1980

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e José Tavares.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nestor Baptista e Nilso Sguarezi (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Reolução n.º 64/80, subscrito pelo Sr. Deputado Lázaro Dumont e outros, que altera dispositivo do Regimento Interno, prevendo a antecipação da realização das sessões ordinárias de sexta-feira, para quinta-feira, após a sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ALBERTO DALCANALE, ocorrido ontem nesta Capital.

O extinto, membro de tradicional família paranaense, deixou viúva a Senhora Jeane Dalcanale e os seguintes filhos: Luiz Alberto Dalcanale, casado com a senhora Zorah Dalca-

nale, Roger Dalcanale, casado com a senhora Cecília Dalcanale e Ivete Dalcanale Bornaussen, casada com o senhor Paulo Bornaussen.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1980.

(a) FUAD NACLI.

Apoio: FABIANO BRAGA CÔRTEES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo passamento do SR. FRANCISCO GÔES, ocorrido no dia 19/11/80, na Cidade de Londrina.

Outrossim, requer que do presente seja dado ciência à família enlutada em nome do seu filho - JOSÉ MARIA GÔES, Pastor da Igreja Evangelista Luz do Mundo.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno, REQUER o registro na ata da sessão em curso de um voto de pesar, pelo falecimento ocorrido na data de ontem, do Desembargador HAROLDO DA COSTA PINTO.

Magistrado dos mais zelosos e competentes, o extinto trilhou a carreira da Justiça deixando a marca de uma autêntica vocação de homem público, que é um exemplo dignificante para os que prosseguem a árdua luta pela aplicação do Direito.

Requer, ainda, que do presente seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1980.

(aa) FUAD NACLI e

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos do dia de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Desembargador HAROLDO DA COSTA PINTO, ocorrido no dia 19 transato.

O infausto acontecimento veio enlutar a sociedade paranaense que muito recebeu do ilustre magistrado, autêntico exemplo de fé, dedicação, honestidade e firmeza de caráter.

Requer, outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em ata dos trabalhos da sessão de hoje de um voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Haroldo da Costa Pinto, ocorrido ontem em Curitiba.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1980.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Haroldo da Costa Pinto deixa o mundo jurídico paranaense, consternado, por ser um nome de respeito na magistratura estadual,

Colou grau em direito pela Universidade Federal do Paraná, em 1.951 e exerceu a advocacia e o magistério secundário na Cidade de Andirá, entre os anos de 1.952 a 1.954, quando ingressou na magistratura paranaense, como Juiz de Direito Substituto na Comarca de Jacarezinho e atuando, ainda, nas comarcas de Ipiranga, Reserva, Carlópolis, Paranaguá, Rolândia e como Juiz de Direito titular das Comarcas de Ibaiti, Porecatu, Nova Esperança e União da Vitória.

Em 1.967 fora promovido ao cargo de primeiro Juiz de Direito Substituto da 1a. Instância de Curitiba e no ano seguinte foi removido para o cargo de Juiz de Direito da 1a. Vara Criminal.

Em 1.976 fora removido para o cargo de Juiz de Direito Substituto de Segunda Instância, cargo que exercer até sua nomeação para o Tribunal de Alçada, quando, em julho de 1979 tomou posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Deixa viúva a Senhora Hulda Zimmermann da Costa Pinto e os filhos Carlos, Raul, Haroldo e Sérgio Augusto.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, VOTO DE APLAUSO, pela passagem do 28.º aniversário de emancipação política do Município de Florestópolis.

Outrossim, requer que do presente seja dada ciência ao Sr. Presidente da Câmara e Vereadores, bem como, ao Sr. Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1.980.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em ata de um voto de louvor ao Conselho Nacional de Propaganda, pela coordenação do Movimento Nacional pela Livre Iniciativa.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1980.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Através de uma intensa campanha por intermédio da imprensa, o Conselho Nacional de Propaganda articula o Movimento Nacional pela Livre Iniciativa, o qual propugna pela necessidade de conscientização do empresariado nacional para a sua co-responsabilidade em promover o desenvolvimento e o bem-estar das coletividades em que se inserem suas unidades produtivas.

É de grande valia tal Movimento, uma vez que numa sociedade como a nossa, somente com a união entre Governo Federal, Governo Estadual, municípios e iniciativa privada se poderá superar obstáculos que impedem que o brasileiro tenha uma condição de vida que não seja subhumana.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um VOTO DE CONGRATULAÇÕES, à Fundação de Estudos Sociais do Paraná, que, pela Resolução n.º 1165, de 5/11/80 do Conselho Estadual de Educação, obteve autoriza-

ção para funcionameto de Curso de Administração Hospitalar, o primeiro do gênero em Curitiba.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1980

(aa) TÚLIO ZANCHET e

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

A complexidade da vida moderna, com seus múltiplos aspectos e especializações, exige uma incontável gama de informações e decisórios, transformando cada ramo do saber, cada profissão, num verdadeiro mundo particular.

Acompanhando par e passo o desenvolvimento paranaense e brasileiro, a Fundação de Estudos Sociais do Paraná consegue para Curitiba mais uma opção de nível superior.

Trata-se do Curso de Administração Hospitalar, que, pelo Parecer n.º 1165, aprovado em 05 do corrente pelo Conselho Federal de Educação e que, devendo já funcionar no próximo ano, vem preencher uma lacuna no leque de profissões a nível universitário anteriormente ofertado pelas entidades de curso superior em nossa Capital.

Se mais justificativa necessitasse, bastaria lembrar, além da importância do já mencionado curso, que a Fundação de Estudos Sociais do Paraná, sob a dinâmica direção do Dr. Joaquim de Almeida Peixoto, conta com mais de 2.300 alunos, agora com seis habilitações, sendo hoje a terceira força em termos de educação universitária em nossa Capital.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER, a inserção nos Anais da Casa, do artigo publicado pelo jornal "O Estado de São Paulo", edição de 14 do mês em curso, no qual aquele brilhante órgão da imprensa paulista, por sinal um dos maiores do País, analisa a situação do Porto de Paranaguá, enfatizando que "É O ÚNICO PORTO QUE NÃO PREOCUPA O GOVERNO FEDERAL, NO SETOR DE EXPORTAÇÃO", por ser um dos portos do Brasil que satisfaz quase plenamente seus usuários, já que na definição dos exportadores "o Porto de Paranaguá é o mais barato, mais seguro e mais tranqüilo do País".

Segundo ainda o mesmo artigo do "Estadão", nos dois últimos anos, Paranaguá se impôs como o maior exportador de cereais, especialmente do soja, tanto em forma de grão como de seus derivados.

Para se ter uma idéia do volume de exportações através do terminal de Paranaguá, basta citar que no ano passado para um total de 5,1 milhões de toneladas de farelo exportados pelo Brasil, cinquenta por cento, ou seja, 2,5 milhões saíram através do Porto de Paranaguá.

Do mesmo modo, acentua o matutino paulista "o Porto paranaense destacou-se nas exportações de óleo em quarenta por cento das exportações brasileiras e mais notadamente em grãos que atingiram a expressiva marca de setenta por cento do total exportado.

Todo esse crescente desenvolvimento de nosso Porto, deve-se em grande parte à atual equipe diretiva da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, que vem imprimindo novas e modernas técnicas nos sistemas operacionais daquele terminal marítimo, que além de reduzir as despesas agiliza as operações de embarque.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1980.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, nos termos regimentais, que esta Assembléia Legislativa se faça

representar no ato de inauguração da sede do Banco del Paraná S.A., do qual o BANESTADO detém o controle acionário, a se realizar no dia 26 do corrente, em Assunção do Paraguai.

A esse importante evento, que representa um marco decisivo na expansão dos negócios brasileiros no exterior, sobretudo quando nesse processo está envolvido o nosso Estado como agente principal, esta Casa, efetivamente, não pode ficar alheia mas deve manifestar seu aplauso e incentivo a novas e mais ousadas iniciativas do gênero.

Em consequência, Sr. Presidente, solicita a constituição de uma Comissão representativa deste Poder àquele ato.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1980.

(a) FUAD NACLI.

Apoio: LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente,

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM expressa manifestação do Plenário, para aprovarem o Pedido de Designação de um Oficial da Polícia Militar do Paraná, para exercer o Comando Geral da Polícia Militar do Paraná, tendo em vista julgarem a reivindicação justa e pretinente ao atual momento da Polícia Militar.

Que da decisão comunique-se também a Associação da Vila Militar da Polícia Militar do Paraná.—

Requer, também, se dê conhecimento do presente a todos os Coronéis em exercício da P.M.P.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1980.

(aa) NILSO SGUAREZI,

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA e DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA: Oralmente em Plenário.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário para aprovar pedido ao Governador do Estado do Paraná, que determine a constituição de Grupo de Trabalho encarregado de estudar uma reformulação da Polícia Militar do Paraná, no sentido de agilizá-la convenientemente para seus encargos.

Que da decisão comunique-se ao Comando da Academia de Polícia do Guatupe e à Associação da Vila Militar da PM.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1980.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente,

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja apreciado em Regime de Urgência o Projeto de Lei n.º 95/80, que trata da concessão de pensão especial às viúvas e dependentes de servidores públicos do Estado.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

Dado o seu elevado alcance social, o Projeto de Lei n.º 95/80 está sendo alvo das maiores atenções por parte deste Poder.

Após ter iniciada a sua tramitação, em virtude da modificação do percentual da pensão normal do IPE, de 50 por cento para 60 por cento, conforme constou de dispositivo de projeto de lei recentemente aprovado nesta Casa, foi recebida uma Mensagem Complementar, alterando o seu texto original.

Esse fato motivou a nova apreciação do anteprojeto

pelas Comissões, fato que atrasou o seu andamento normal.

Por esses motivos, requeremos que seja observado o Regime de urgência na tramitação desse projeto de lei.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 171/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a TENDA DE UMBANDA PAI SERAFIM DO CONGO, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1980.

(a) AIRTON CORDEIRO.

JUSTIFICATIVA:

A documentação anexa demonstra claramente que a entidade em questão reúne os requisitos exigidos pela legislação em vigor, para o reconhecimento de utilidade pública.

A Tenda de Umbanda Pai Serafim do Congo, tem por finalidade a prática e o estudo do espiritismo e da religião de Umbanda, procurando por todos os meios a exaltação das virtudes e o repúdio dos vícios; criar quando oportuno, escolas doutrinárias, casas de saúde, bibliotecas e abrigos gratuitos aos necessitados.

O alcance e amplitude dessa meta, entendemos, dispensa-nos de maiores considerações sobre o mérito e cabimento da medida que estamos propondo, para o qual reivindicamos o apoio dos nobres colegas Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Porto de Paranaguá é o único, no setor de exportações, que não preocupa o Governo Federal.

Sob este título, "O Estado de São Paulo" publicou matéria no último dia 14 enaltecendo e colocando aquele porto no seu devido lugar.

Hoje estamos desta tribuna a fim de submeter à apreciação dos Srs. Deputados, a inserção nos Anais da Casa do artigo que diz, entre outras coisas, o seguinte:

Que o Porto de Paranaguá, um dos maiores do País, é o único porto que não preocupa o Governo Federal no sentido de exportação, por ser um dos portos do Brasil que satisfaz quase plenamente os seus usuários. Já que na definição dos exportadores, o Porto de Paranaguá é mais barato, mais seguro e mais tranqüilo do País.

Segundo ainda o mesmo artigo do "Estado", nos dois últimos anos, Paranaguá se impôs como o maior exportador de careais, especialmente de soja, tanto em forma de grão, como de seus derivados.

Para se ter uma idéia, do volume de exportações através do terminal de Paranaguá, basta citar que no ano passado, para um total de 5,1 milhões de toneladas de farelo exportados pelo Brasil, 50 por cento ou seja, 2,5 milhões, saíram através do Porto de Paranaguá. Do mesmo modo, acentua o matutino: o Porto paranaense destacou-se na exportação do óleo em 40 por cento das exportações brasileiras e mais notadamente em grãos que atingiram a expressiva marca de 70 por cento do total exportado. Todo este crescente desenvolvimento do nosso porto deve-se, em grande parte, à atual equipe diretiva da administração dos portos de Paranaguá e Antonina, que vêm imprimindo novas e modernas técnicas nos sistemas operacionais daquele terminal marítimo que além de reduzir as des-

pesas, agiliza as operações de embarque.

Inegavelmente, é um porto altamente sofisticado. E, portanto, não foi nenhum exagero o que se disse neste artigo do jornal "O Estado de São Paulo".

Estamos desta tribuna para reconhecer o mérito, a autenticidade e veracidade daquele artigo.

Eis porque o Porto Paranaguá, o nosso "pulmão de pedra", tem, a par de sua diretoria, dos homens que dirigem aquele porto, as melhores condições de exportarmos e importarmos mercadoria.

Os mais modernos aparelhos estão no Porto de Paranaguá tornando-o, como disse este artigo, um dos portos mais seguros, mais baratos e mais viáveis.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

Ausente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bueno, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci, inscrito.

Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarez, inscrito.

Antes porém, a Mesa solicita ao Sr. Deputado Fuad Nacli que assuma a 1a. Secretaria.

(O Sr. Deputado Fuad Nacli assume a 1a. Secretaria).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarez.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo):

"Em maio do corrente ano, assumi esta tribuna para dizer aos nobres colegas que "aqui no Paraná, a partir do momento em que nossos oficiais foram impedidos, pela nova ordem, de assumirem o comando da nossa briosa corporação policial, instituição que escolheram para realizarem-se profissionalmente, foi sintomático o desestímulo porque, não raras vezes, a corporação foi comandada por homens despreparados para a atividade policial, pela condição de serem estranhos à ela". (Discurso proferido em 19.5.80).

Destaquei, naquela oportunidade, que não se podia conceber a existência de uma Academia de Polícia, como a do Guatupê, se os oficiais ali formados, adredemente eram considerados inaptos a assumirem o comando de uma instituição que fora escolhida para a realização pessoal de centenas de jovens idealistas, que todos os anos, ali acorrem para ingresso.

Denunciei desmandos administrativos do atual comandante, o estado de incompatibilidade que o mesmo possuía com a tropa e a insatisfação geral da população policial do Estado, arrematando por afirmar, naquela oportunidade: "na verdade, este não é um pronunciamento contra a polícia Militar do Paraná. Pelo contrário, lhe favorece. É o grito de alerta em sua defesa. Aqui deixamos a preocupação do povo paranaense pela corporação que soube ser digna da bravura e do heroísmo do inesquecível João Gualberto. Pela crítica e denúncia, não buscamos o desprestígio, nem o escarnecimento de seu comando, mas a correção das deformações o saneamento das irregularidades e atenção do Governo do Estado do Paraná".

Passaram-se os meses e o nosso alerta confirmou-se, quando na última semana, o descontentamento que fervilhava contagiando toda a tropa, exteriorizou-se no movimento que sacudiu toda a corporação policial. Se antes, denunciávamos casos

de mordomias do comando da PM, provando com o próprio boletim da corporação sem sermos contestados por ninguém, hoje deixamos as denúncias de lado, para analisarmos os graves problemas da nossa corporação policial.

Verdade verdadeira que muitas das falhas podem imediatamente ser sanadas, eis que são causadas pela deficiência administrativa e pela total antipatia do atual comando, que mesmo antes de ser designado Comandante da PM, já tinha acentuada incompatibilidade com a tropa, em virtude de fatos que se viu envolvido na Cidade de Guarapuava.

A verdade porém é que não basta a troca, pura e simples, do Comando. Outras medidas urgentes são imprescindíveis, para que a nossa polícia, torne-se um eficaz instrumento de defesa da segurança pública.

A troca de Comandante é fundamental porque é a partir do Comando Geral, que a instituição fixará seus objetivos. Já dissemos e fazemos questão de repetir: "enquanto militar do exército, vê o crime como UMA DEFORMAÇÃO SOCIAL, o policial o encara como UMA REALIDADE SOCIAL e a partir destas constatações é que devemos analisar o comportamento e a atividade policial.

Assim, para que o crime seja tratado como a realidade que hoje traumatiza a vida social, e que os pressupostos básicos de qualquer teoria social de criminologia explicam, há que se ter a testa da instituição policial, um profissional adestrado e consciente desta realidade social.

Portanto, hoje, mais que nunca é defensável a tese da devolução do Comando das Polícias Militares, aos seus próprios oficiais.

Por outro lado, as malogradas experiências de que foi cobaia a nossa organização policial, por parte de comandos estranhos, são o testemunho vivo, de que acaba inexoravelmente o sentimento de rejeição, exteriorizando-se em total falta de condições de comando aos oficiais do exército que, sem nenhum critério, são designados para o Comando das PMs.

Aliás, tem sido duplo o prejuízo. As polícias militares, na formação ilusoriamente na sensação de que estão agradando, e ao Exército muitas vezes no comprometimento de carreiras brilhantes, que acabam, como ocorre hoje na PM do Paraná, quando o atual Comando, remido pela total falta de ascendência e autoridade sobre a tropa, é um risco para o comprometimento não só da disciplina e hierarquia, mas da própria eficiência destas unidades militares.

Ao reiterarmos pois, a devolução do comando da PM, aos seus próprios oficiais, não o fazemos por razões de ordem pessoal contra o atual Comandante, o qual não conhecemos pessoalmente, mas pela defesa de uma tese que se impõe por si mesma.

Ademais, no quadro dos Oficiais da nossa PM não só verdadeiras vocações de policiais zelosos e competentes afloram, mas verdadeira pleiade de abnegados cidadãos, que mesmo incompreendidos pela opinião pública, levam com extrema dedicação seus afazeres e responsabilidades, estando pois aptos e em condições de comandarem esta tradicional corporação policial. Apresento, pois, requerimento neste sentido.

DA EQUIPARAÇÃO DE VENCIMENTOS.

Como já dissemos, não basta a pura e simples troca de comandante, mas há que se oferecer condições materiais e meios a nossa polícia.

Aqui tratamos da Polícia Militar, mas é pertinente uma análise da reivindicação que agora se desencadeia na Polícia Civil, quando os nossos Delegados de Polícia, protestam por melhores condições de trabalho.

Entendo, que neste aspecto, uma coisa não se dissocia da outra. Quer a militar ou a civil, ambas necessitam de melhores condições de trabalho, pois que estão engajadas na mesma tarefa de assegurar à população, a indispensável SEGURANÇA

PÚBLICA.

Como agentes de combate ao crime, quer preventivamente quer na investigação e repressão aos delitos, o homem de polícia é peça importante num Estado organizado. Assim, o movimento da Polícia Civil, é justo e deve ser imediatamente atendido, dando-se prioridade para o seu Estatuto e para a equiparação dos Delegados ao Ministério Público.

Todavia, quanto à Polícia Militar que congrega uma população de mais de 12 mil homens e que tem um dos tratamentos mais precários por parte do Estado, é fundamental que se discutam e passem à pauta de soluções, temas como: atualização do Estatuto da PM; maiores e efetivas garantias de segurança às famílias dos policiais que caem no cumprimento do dever, notadamente dos integrantes do Corpo de Bombeiros; recrutamento mais apurado para a formação dos quadros policiais e principalmente, remuneração condizente com a nobreza e o risco desta atividade profissional".

Tenho em mãos, elaborado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para confrontação, o quadro de vencimento de algumas polícias militares do Brasil, e também o quadro básico, do soldo básico do que ganha um integrante do Exército Nacional. E neste quadro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é gritante a condição de inferioridade de remuneração que os policiais do Paraná percebem.

Vejam os Srs., enquanto um Coronel da Polícia ganha em Brasília 105 mil cruzeiros, em São Paulo 76 mil; em Santa Catarina, 65 mil; aqui no Paraná, superando apenas um dos Estados do Nordeste, ganha um coronel 54 mil 378 cruzeiros.

E para um coronel do Exército, o soldo básico, que é de 34 mil 437 cruzeiros, pode, em alguns casos, ser aumentado até 300 por cento, deixando assim, a nossa Polícia Militar do Estado do Paraná, numa situação clara por si só, se confrontados os números.

Veja-se o caso, por exemplo, de um major, 77 mil em Brasília; 60 mil, em São Paulo; 50 mil, em Santa Catarina; 39 mil no Paraná.

Um primeiro Tenente, 44 mil em Brasília; 44 mil e 500 cruzeiros em São Paulo; 32 mil em Santa Catarina; 21 mil no Paraná.

O caso de um sub-tenente, Brasília, 35 mil e 500 cruzeiros; São Paulo, 22 mil e duzentos cruzeiros; Santa Catarina, 26 mil; Paraná, 21 mil cruzeiros.

Em um terceiro Sargento, 26 mil e quinhentos cruzeiros em Brasília; 19 mil, em São Paulo; 17 mil em Santa Catarina; 12 mil, no Paraná.

E um simples soldado, 15 mil, em Brasília; 13 mil, em São Paulo; 11 mil, em Santa Catarina; 11.377 cruzeiros no Paraná.

Dáí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, podemos fazer uma constatação, e entendermos a justeza do movimento ocorrido com a Polícia Militar do Paraná na última semana, além da indisposição com o atual comandante, que existe, mas que pode ser negada por interesses até de Estado, e por imposição de disciplina e hierarquia.

A verdade, é que o policial é um cidadão como outro qualquer, que tem família, obrigações materiais a cumprir, mas cujo salário é insuficiente e nada animador, para uma função cujo risco, é infinitamente maior que qualquer outra atividade social.

Só haverá um efetivo recrutamento quando a função policial tiver atrativos de remuneração.

O Quadro da Polícia Militar do Estado do Paraná, hoje é o seguinte: em 1.978, a Polícia pretendia engajar no seu efetivo mil homens, e fez uma chamada esperando obter no mínimo dez mil candidatos, compareceram apenas dois mil candidatos. O índice de dois por um, é um dos piores índices para recrutamento policial, porque há de se levar em consideração, que da formação do policial, o seu adestramento, a sua disciplina efe-

tivamente, desses mil, foram aproveitados quando muito, setecentos. Se levarmos em consideração que no último ano, a Polícia do Paraná, face a precariedade dos seus quadros, se viu na contingência de expulsar aproximadamente setecentos homens, vale dizer, que hoje a Polícia deveria ter um efetivo de quatorze mil homens. E não ascende a pouco mais de onze mil homens.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não foi apenas a indisposição com o atual comandante, porque este homem, vejamos os Srs. a falta de critério na designação dos oficiais do Exército que comandam as polícias militares. Estebrilhante oficial do Exército teve um desentendimento com a Polícia Militar do Paraná, na Cidade de Guarapuava, e lá o Exército Nacional, a unidade do Exército Nacional cercou o quartel da Polícia, advindo daí gratuitamente, forçosamente uma antipatia por este oficial.

E surpreendidos foram os policiais do Paraná quando à testa da Corporação e do Comando Geral não vem, que não outro oficial do Exército, aquele que sediou um quartel da Polícia Militar em Guarapuava por uma simples briga de soldado do Exército é soldado da Polícia Militar.

Por isso há que se entender de que não houve efetivamente indisciplina e quebra de hierarquia militar no movimento da Polícia Militar; aliada à indisposição contra o Comandante está a reivindicação justa por melhores salários, por melhores condições de trabalho.

Denunciei aqui em maio, e não fui contestado, de que falta até capacete para a Polícia Militar do Paraná fazer o policiamento preventivo. Daí se exigir como a população e o Governo podem exigir melhor comportamento de policiais que ganham mal, que não podem atender as suas necessidades até de subsistência.

O Sr. João Mansur — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nilso Sguarezi, eu quero me congratular com Vossa Excelência pelo pronunciamento que Vossa Excelência faz nesta tarde, e dizer da simpatia e até mesmo do respeito que tenho pelos integrantes do Exército Nacional. Mas no caso da Polícia Militar do Estado nós discordamos plenamente e não é de hoje esta luta, vem de muitos anos, quando por diversas vezes insistimos junto aos ex-Governadores do Paraná, no sentido de que aquele mais alto posto da Polícia Militar do nosso Estado fosse ocupado por um oficial da Corporação.

E disse bem Vossa Excelência, que é inadmissível num Estado onde se mantém uma Academia de formação de oficiais, esta mesma Corporação estar sendo dirigida e comandada por um elemento do Exército Nacional.

Nada temos, como nada tem Vossa Excelência contra o atual Comandante que também não o conheço. Mas estamos aqui em defesa da Corporação da Polícia Militar do nosso Estado que é nossa! E quero afirmar a Vossa Excelência cumprimentando-o por esta sua explanação, de que a nossa bancada já na tarde de ontem, em reunião com o Líder da nossa bancada decidimos que tão logo chegue à Capital do Estado o Governador Ney Braga, iremos incorporados levar esta reivindicação da Polícia Militar do Paraná, para que seja comandada por um elemento dos seus próprios quadros.

E nós temos nos quadros da Polícia Militar do nosso Estado, excelentes elementos, com capacidade, com dignidade para bem dirigir os destinos da nossa Polícia Militar.

Por isso eu quero cumprimentar Vossa Excelência, e dizer que segunda-feira nós estaremos em audiência com o Governador do Estado, acompanhado do Líder do nosso partido aqui na Assembléia, para reivindicar em favor da Polícia Militar do Paraná.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Exce-

lência e já tinha conhecimento dessa disposição da nobre Bancada do PDS. Nós, do PMDB também endereçamos um telex ao Governador do Estado que se encontrava em Brasília, para dar inclusive sustentação ao Governador, porque sabemos que esta tese tem resistência perante alguns setores das Forças Armadas, para que o Governador, embasado neste telex de uma bancada de oposição pudesse demonstrar de que é a comunidade paranaense como um todo que está enganada nesta reivindicação.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nilso Sguarezi, embora eu não possa concordar na totalidade com o seu pronunciamento, quero cumprimentá-lo pela bela exposição que Vossa Excelência faz nesta tarde, e dizer que essa reivindicação da classe por melhores vencimentos é justa e é uma necessidade. Pelos valores pode-se constatar-se se compararmos a qualquer outra profissão que é irrisório, e é uma necessidade dar maior segurança para que eles possam oferecer à comunidade maior garantia e maior segurança. Quando eu disse que não posso concordar na totalidade, é com o movimento feito pela classe que não se justifica e o motivo talvez deste movimento seja a falta do diálogo do comando. Porque toda a carreira tem um objetivo, tem um ponto a chegar e a carreira militar está tolhida, porque no ponto máximo não podem chegar, estão proibidos.

É preciso que haja uma mudança, que dê oportunidade ao militar, ao oficial, de chegar ao ponto máximo de comando. E aquele oficial que tenha percorrido o interior do Paraná, que tenha ocupado várias funções na Polícia Militar, ele terá muito mais condições de diálogo e de comando.

Tenho certeza que com um comando bem entrosado, não havia necessidade deste movimento, embora o vencimento irrisório, mas este comando teria condições de, junto com a sua classe, dialogar e levar ao Sr. Governador do Estado esta reivindicação justa. E é preciso que seja revisto.

Cumprimento Vossa Excelência, pela defesa que faz nesta tarde, discordando com o movimento. O movimento feito pelos militares. Mas concordamos totalmente com a necessidade de ter um comando próprio, a Polícia Militar do Paraná.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Quero dizer que a tese da troca, da vinda de um oficial do Exército na Polícia Militar, há que se considerar a origem, o metier deste oficial do Exército, - que normalmente é um coronel, as funções que ele desempenha e as funções que passa a desempenhar no comando da Polícia Militar.

Veja Vossa Excelência que o cargo de Coronel do Exército é privativo para o comando de no máximo um batalhão. Que é uma unidade composta de oitocentos a mil homens, com função específica, não abrangente, ou Cavalaria, ou Artilharia, enfim, uma função específica, uma troca homogênea.

Ora, Sr. Deputado, um homem destes, por mais preparado que seja, ascende ao comando de uma corporação hoje no Paraná, a Polícia Militar, integrada de doze mil homens, com polícia feminina, polícia rodoviária, com o Corpo de Bombeiros, com uma universalidade de assuntos e tratando de um Estado inteiro, é evidente de que este homem não dispõe do conhecimento de fato, necessário, para realmente mexer nas peças necessárias e agilizar a administração da Polícia Militar. Ele é obrigado, pelas próprias circunstâncias, a se estribar em alguém.

Ora, na prática sabemos que isto propicia a que os incompetentes e os bajuladores que existem em toda a organização, se aproximem do comando criando, ilusoriamente, uma sensação de que ele está com a corda toda, quando na verdade há, em torno de si, uma verdadeira indisposição.

Quando o Coronel Erasmo Dias foi Secretário da Segurança Pública em São Paulo, se chegou a ter, em determinada

época na corporação policial de São Paulo, seiscentos coronéis do Exército; porque é verdadeiramente incompreensível que alguém, de uma hora para outra, chegue confiando em alguém.

Estes homens sempre trazem uma equipe que é totalmente estranha, e nós bem sabemos da diferença e até da discriminação que existe entre um integrante das Forças Armadas, do Exército, da Aeronáutica e da Marinha para com os policiais. Normalmente as polícias militares são tratados com desdém por estes homens.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vejo Vossa Excelência numa defesa justa, vejo Vossa Excelência defender uma classe da Polícia Militar que, muitas vezes, não tem o respeito pelo poder civil, como temos pela Polícia Militar.

Veja Vossa Excelência o caso de Assaí, onde foram barbaramente assassinados dois elementos da Polícia por militares e até hoje não tivemos nenhuma satisfação para saber do motivo. Vejo Vossa Excelência defendendo com justeza uma classe que precisa de defesa.

Agora só pergunto a Vossa Excelência se há uma reciprocidade por parte da Polícia Militar, com o poder civil. Se há, porque há dois anos atrás, na Cidade de Santana do Itararé, com aparato bélico, a Polícia Militar comandada por um major empunhando baioneta, empunhando metralhadora, acintosamente ofendeu este Deputado que está neste momento apartando.

Pergunto a Vossa Excelência, Deputado Nilso Sguarezi, e pergunto a todos que defendem a nossa gloriosa Polícia Militar, que também façam apenas, que abram um parêntese e mandem a Polícia Militar dar aos seus soldados, aos seus coronéis, aos seus maiores, também isto que estamos dando a eles, hoje, esta defesa. Que eles precisam ter respeito para o poder constituído, o poder civil e principalmente o Poder Legislativo. Agradeço a Vossa Excelência pela defesa justa. Mas também é uma observação que está aqui dentro de nós, a precisar disso, Deputado, para que haja também um pouco de respeito pelo nosso poder.

Foram assassinados, dois vereadores, na Cidade de Assaí, um vereador, por esta Polícia Militar; foi afrontado em Joaquim Távora, um prefeito que teve o revólver no peito, por um sargento militar. Onde está o respeito pela nossa classe? Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa comunica ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que Vossa Excelência passa a falar no horário reservado a Liderança do Partido do nobre Deputado.

Queremos na oportunidade, registrar a presença, em nosso plenário, do nobre Deputado Amadeu Gears.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Gabriel Manoel, estou aqui fazendo a defesa de uma instituição, e não individualmente de seus integrantes. Há que se fazer uma diferença entre uma coisa e outra.

Instituição policial em si, não só é necessária, como é preocupação de qualquer Estado organizado. O fato de alguns policiais militares, não corresponderem às suas obrigações e responsabilidades, tem sido constante preocupação nossa e nós já denunciávamos esses fatos. Quando aqui trouxe neste plenário, a grave denúncia, por exemplo, de um caso de tortura, no Município de Chopinzinho, por integrantes da Polícia Militar. Mas veja Vossa Excelência que são maneiras diversas de se tratar, se aqui no Paraná, quando este Poder denuncia uma arbitrariedade policial, como a Comissão de Segurança Pública

desta Casa, apurou o caso, por exemplo; quando aqui na Barreirinha, uma polícia de choque, por um simples fato de briga de namorados, invadiu uma casa à noite, largando bombas lacrimogêneas; e o Comando da Polícia Militar, apressadamente foi à imprensa, dizer de que esses policiais eram inocentes; e de que um desses implicados era um maldoso criminoso, inventando estórias. O Comando da Polícia Militar é que errou antecipando seu julgamento e ao inquérito que ele mesmo havia determinado e instaurado.

E veja Vossa Excelência o tratamento diverso que aconteceu num fato que abalou a opinião pública nacional. Em Minas Gerais, uma das duas polícias que ainda têm sob seu comando coronéis da própria organização. Quando aqueles milicianos assaltaram num roubo de 10 milhões de cruzeiros, uma grande construtora, 24 horas depois, a Polícia de Minas Gerais, havia prendido os assaltantes. E expulsado e determinado a sua prisão em flagrante, entregando-os às autoridades civis para serem punidos. Isto é ser comandante de uma Polícia Militar. Porque é um homem que, acima de tudo, tem que defender a sua corporação.

Eu concordo com a denúncia que Vossa Excelência faz e com o aparte muito bem posto. Mas aqui se trata de defender a instituição em si, como organização.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Obrigado, nobre Deputado Nilso Sguarezi.

Na verdade, quando o nobre colega lia esse quadro de vencimentos, principalmente de oficiais, de soldados, a gente começa a lembrar de muitos contatos que a gente tem, com este pessoal e as reclamações, porque entendo que não se pode culpar essa gente por ato de suborno e até de corrupção às vezes, há que são envolvidos membros da própria Polícia Militar, Polícia Rodoviária, porque salários indignos, salários miseráveis, levam fatalmente às tais mordidas. É a sobrevivência. Exigir um tipo de comportamento honesto, correto, seria até infantilidade de nossa parte; seria falta de conhecimento de uma situação que, desgrazadamente, enfrentam esses homens da Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária, a Guarda Florestal etc.

Quando deveriam estar voltados para a segurança da população, eles estão preocupados para levar às suas casas o arroz, o feijão, o leite, produtos cada vez mais distanciados das mesas dos nossos trabalhadores e também dos nossos servidores públicos.

Os extremos neste País é que criam a insatisfação e a revolta popular. Enquanto alguns generais vivem de forma nababesca, oficiais e soldados são obrigados, impelidos, a buscar soluções que estão longe do caminho correto. Entendo que é válida esta preocupação e que a instituição deve ser preservada, nobre Deputado, porque, maus elementos, como citava o Deputado há pouco, que o aparteu, existem em todos os lugares e em todas as classes, até mesmo nos Ministérios, em Brasília, nos Governos de Estado. Entendo que é muito sério esse pronunciamento de Vossa Excelência, e é preciso alertar, porque muitos guardas rodoviários e pessoal da Polícia Militar cansam de falar: "Fiori, não dá. Vou ter que levar o pão e o leite para casa". Como é que vamos poder fazer um julgamento desse povo, com esses salários miseráveis que eles percebem.

Parabéns, nobre Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Concedo aparte ao nobre Deputado Ailton Cordeiro, e, posteriormente, ao Deputado José Domingos.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Muito obrigado, Deputado Nilso Sguarezi. Peço aparte a Vossa Excelência, para, em primeiro lugar, concordar com a tese que Vossa Excelência

esposa, no sentido de que o comando da Polícia Militar, Estadual, e de qualquer Estado brasileiro, deva ser exercido por um oficial dessa própria Polícia Militar. Porque significa, na pior das hipóteses, um estímulo àqueles que se dedicam à carreira policial militar estadual; àqueles que têm a preocupação de freqüentar academias, freqüentar escolas, de fazer cursos de formação, e que teriam como patamar maior da sua carreira, a ascensão do comando da instituição.

Por isso, concordo plenamente com Vossa Excelência. Entendo também que, no instante em que há designação de um oficial do Exército para o comando de uma Polícia Militar, como que há uma diminuição do "status" do policial militar, porque fica fechada aquela porta que, para ele poderia estar aberta, para alcançar, também, o que deve ser um objetivo profissional. E me permito, Deputado Nilso Sguarezi, fazer apenas um reparo no que toca aos excessos da Polícia Militar, que, a meu ver, não podem ser colocados na conta do seu comando, porque, como qualquer grupo humano, também a Polícia Militar é um grupo heterogêneo, é um grupo constituído por pessoas de várias formações, e nem sempre o comando da instituição tem conhecimento claro das coisas que ocorrem por esse Paraná todo.

Então, ao tempo em que eu hipoteco solidariedade a Vossa Excelência neste momento em que advoga tão prudentemente, tão corretamente, a entrega do Comando da Polícia Militar a um oficial da própria instituição, eu me permito defender o comando, ao simplesmente dizer que ao comando não pode ser debitado o que de errado acontece na instituição, sobretudo quando do excesso no momento de atuar.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pode ter parecido ao nobre Deputado, se o ficasse essa colocação. Mas, na realidade não foi, porque ela seria no todo do meu pronunciamento até contraditório. Quando nós dizemos que a única causa não é o comando da polícia, mas outras causas, principalmente, o aspecto de remuneração, de recrutamento e o quadro complexo que hoje a sociedade, a situação econômica, o quadro social está a criar.

Nós quando nos referimos ao comandante, foi no exemplo do excesso, de que evidentemente não foi ele o causador, mas de que faltou ao comando habilidade para apurar a responsabilidade. Aí, nós tributamos culpa ao comando, porque o comando da polícia antes de que o próprio inquérito que havia sido instaurado e terminado por ele mesmo, se antecipou em vir em defesa dos policiais. Pondo a mão por cima e protegendo então, arbitrariedades que competia a ele, polícia, ter obrigação e a responsabilidade de apurar e tomar as medidas punitivas, disciplinares necessárias.

Então, foi nesse sentido que disse que a responsabilidade nesse caso seria do comando, e aponte: o exemplo de Minas Gerais, em que imediatamente após o ocorrido, o comandante tomou pulso firme e categoricamente, em defesa da própria Instituição Militar para apurar a responsabilidade e punir os culpados.

Eu senti isso, a repercussão no seio da sociedade. O pessoal que viu aquela notícia na televisão, dizendo e se sentindo como que seguro com uma polícia dessas, que apura responsabilidade do próprio integrante que comete um crime. Nós vemos e assistimos diariamente aqui em Curitiba e no Estado, integrantes da Polícia Militar, serem ou cometerem delitos. É evidente de que a culpa disso não é do comando, mas a responsabilidade de apurar, punir, expurgar esses delitos, esses maus integrantes, esses maus policiais, atribuo ao comando da Polícia Militar.

Concedo o aparte ao Deputado José Domingos.

O Sr. José Domingos — Deputado Nilso Sguarezi, queremos parabenizá-lo pelo posicionamento que adota em apoio

às reivindicações apresentadas de há muito pela Polícia Militar do Estado, sendo uma das principais, o comando da corporação.

Entendemos, que a Polícia Militar do Paraná é uma casa onde os seus verdadeiros donos não mandam, porque sempre vem alguém de fora para ter o comando da corporação. E disse bem o Deputado Airton Cordeiro, ao dizer que o policial militar do Paraná não tem um objetivo maior, que este objetivo é tolhido, ele não pode chegar ao comando de sua corporação. E este movimento agora, me parece, tomar força, toma um fôlego muito grande e acreditamos que, muito em breve, será dada de volta à Polícia Militar, a autonomia devida ou seja, o seu comando.

Queremos informá-lo inclusive, que já mantivemos contato com o Governador do Estado em várias oportunidades sobre este assunto, a própria bancada do nosso partido em tempos passados, enviou um telex ao Governador, clamando que o comando fosse dado a um oficial da Polícia Militar.

E agora, na próxima segunda-feira, Deputados de nosso Partido, incorporados, irão ao Governador do Estado, para, em termos de apelo, solicitar que sejam atendidas as reivindicações da Polícia Militar, entre as quais a do comando. Sobre excesso, da arbitrariedades, lamentavelmente elas têm acontecido e acontecido em muito. Ainda na noite de ante-onTEM, 3 policiais militares com a viatura da Rádio Patrulha, interpe-laram nas proximidades de um colégio, do Colégio Tuiuti aqui em Curitiba, dois professores, um senhor e uma senhora. Exigiram apresentação de documentos, mesmo com a apresentação de documentos, estes professores foram ameaçados a serem levados a uma Delegacia de Polícia, como se marginais o fossem. Problemas muitos têm acontecido; denúncias têm sido feitas, mas na Polícia Militar tem também tomado medidas enérgicas. Policiais têm sido punidos, policiais têm sido afastados e nós temos acompanhado isto. Mas entendemos que há muito ainda por se fazer, no sentido de que a imagem da nossa Polícia seja colocada em termos outros perante o conceito popular.

Mas lamentavelmente insisto também em dizer que os problemas não são apenas da Polícia Militar, da Polícia Civil. Agora, Foz do Iguaçu foi palco anteontem à tarde de uma cena de extrema violência desta corporação que é tida como respeitadíssima, de linha extraordinária de conduta, a Polícia Federal. Policiais federais invadiram o Circo Garcia, armado naquela cidade, com o objetivo de descobrirem o seqüestro de um garoto. Acabaram matando um peão lá do circo com um tiro na boca, e depois falaram tratar-se de um acidente; quiseram justificar o fato.

Um outro está arreventado, e coisas deste tipo acontecem nas nossas organizações de segurança. Precisamos defendê-las, mas precisamos também combater as atitudes erradas, de determinados membros, quer da Polícia Civil, quer da Polícia Militar, quer do organismo federal cujas denúncias têm acontecido também permanentemente.

Aplaudimos o vosso pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Antes de conceder o aparte ao Deputado Valduga, quero apenas concluir o meu pronunciamento e deixar para que ele faça o seu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Evidente de que hoje o tratamento que se deve dar à criminalidade tem as suas conotações face à realidade de hoje. A própria dinâmica social criou condições novas, tornou complexas as soluções de que a polícia deve adotar. Há um ditado que diz que o crime sempre caminha

na frente da lei. E para a equação desta problemática é que estou pedindo a colaboração da Casa, para enviarmos ao Governador do Estado num requerimento, a formação de um grupo de trabalho, a fim de que esse grupo de trabalho estude aqui no Paraná, designado pelo Governo do Estado, as condições para reequiparmos a nossa polícia; para reestruturarmos a nossa polícia, para estudarmos melhores subsídios à nossa polícia e talvez até equiparação com os vencimentos de outras polícias militares ou quiçá do próprio Exército. Para encontrar fundos para a Polícia Militar, porque hoje a iniciativa privada está a gastar milhões de cruzeiros, verdadeiras fortunas em seus esquemas próprios de segurança.

Estão aí essas companhias explorando, essas companhias de segurança explorando verdadeiramente o trabalho, numa verdadeira agiotagem de homem para homem; os guardas bancários, toda essa infinidade e esta parafernália de empresas particulares que estão entrando no ramo exatamente da segurança pública.

É necessário um reestudo de toda esta problemática e para isto então estou pedindo à Casa, que aprove este pedido. Já foi subscrito inclusive por nove Deputados, para que aprove, para que se designe um grupo de trabalho a fim de estudarmos esta problemática de acordo com a realidade de hoje.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Valduga para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lamenta, nobre Deputado, mas o tempo de Vossa Excelência na tribuna está esgotado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Peço vênica a Vossa Excelência. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário da Liderança, reservado ao PDS, concedo a palavra por cinco minutos ao Sr. Deputado Ezequias Losso, e o horário seguinte, ao Sr. Deputado Renato Bueno.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

Para mim os planos possuem como medida exata da sua importância, o efeito prático que ocasionam sobre a realidade e seu impacto indutivo no estabelecimento de providências, na superação de problemas ou na criação de uma situação desejada.

Acredito ser consenso de todos nós, a noção de que a população do litoral paranaense, especialmente a de Guaraqueçaba, possui sérios problemas de renda, isto é — inferior à média estadual, que já é menor que a nacional — requerendo intervenção intencional para a oportuna reversão desta tendência.

É fato comprovado, entretanto, que a elevação da renda real não ocorre apenas através da elevação de salários ou de outros ganhos em proporção superior à elevação geral dos preços. Ela ocorre também na medida em que se tornam menores as despesas com alimentação, saúde, habitação, transporte e saneamento.

Consideradas as interligações que podem ser estabelecidas entre estas preliminares, desejo destacar, nesta ocasião, o realismo das providências que vêm sendo adotadas na superação dos problemas indicados — de modo coerente com as formulações e enfoque social que caracterizam o Plano do Governo Ney Braga — segundo o propósito básico de melhorar as condições de vida da população.

Além da reativação econômica do Porto de Antonina, do aperfeiçoamento na infra-estrutura portuária de Paranaguá, da instalação de empreendimentos de grande efeito regional — como a montadora de plataformas em Ponta de Poço, a rea-

tivação do ensino náutico em Antonina, o apoio dos pescadores e a complementação da infra-estrutura de apoio e sustentação ao turismo, entre tantas outras iniciativas - o Governo Estadual articula esforços para a constituição de estruturas alternativas de transportes adequadas àquelas coletividades.

Refiro-me aos entendimentos que o Estado do Paraná manteve com o de São Paulo, dos quais deverá resultar a formalização de convênio, de valor superior a 2 milhões, para a implantação de linha regular de barcos de transporte de pessoas e cargas de uso doméstico entre as localidades de Iguape (SP), Guaqueçaba (PR) e Paranaguá (PR).

Esta ação governamental colocará à disposição da população da região, cuja grande maioria dispõe de limitado poder aquisitivo, um meio de transporte mais acessível, de periodicidade regular e custos operacionais subsidiados, contribuindo para o aumento real da renda pessoal das famílias, além de outros reflexos sociais positivos.

O Estado do Paraná assumirá pelo instrumento a ser firmado, a incumbência de implantar, em Paranaguá, uma adequada infra-estrutura para embarque e desembarque de passageiros e cargas, bem como para o atendimento de pequenos problemas hidráulicos, mecânicos e elétricos que eventualmente surjam nas embarcações durante as viagens.

Com mais esta medida de grande alcance social, reafirma-se, novamente, a posição dos administradores de nosso Estado de proporcionar sempre benefícios que gravitem em torno das necessidades essenciais dos que vivem e trabalham no Paraná.

Endossando o elevado espírito cívico e humano que caracteriza sua gestão, o Governo do Paraná vem procurando não perder de vista o bem-comum e manter o empenho de promover a justa satisfação das aspirações básicas de todas as camadas da comunidade paranaense.

Assim, a assinatura deste convênio contribuirá decisivamente para a efetiva concretização do objetivo maior do Governo Ney Braga, de colocar o Homem paranaense como em maior prioridade, e como razão e fundamento das realizações, empreendimentos, obras de infra-estrutura, os quais devem sempre constituir-se em meios para que as pessoas deste Estado possam viver melhor e mais dignamente."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"A questão do subsídio do trigo volta a merecer as atenções nacionais, no momento em que o Governo Federal altera sua sistemática econômica procurando buscar uma realidade que contribua, através da economia de mercado, para reduzir a pressão inflacionária que já passou dos cem por cento ao ano.

O objetivo das autoridades federais - como de toda a Nação - é adotar procedimentos econômicos que revertam a tendência inflacionária, hoje das mais perigosas. A liberação de taxas de juros, ao lado de outras medidas como o realismo na conta petróleo, nos levam a acreditar que as intervenções no domínio econômico, longe de trazerem benefícios, contribuem para distorcer as práticas normais do jogo econômico, criando o efeito bumerangue da inflação descontrolada.

Entre as causas dessa grave inflação de três dígitos está o subsídio ao trigo, que pode ser classificado como um engodo monumental à opinião pública.

2. Levantei o assunto em uma sequência de pronunciamentos entre abril/maio, nesta Assembléia Legislativa. Àquela ocasião, a imprensa deu vigorosa cobertura à nossa manifestação, demonstrando que a opinião pública está cansada de ser enganada. Os consumidores do pão pretensamente barato,

sentem que a diferença sai de seu próprio bolso, na linha do velho ditado popular: "do ouro sai a correia".

3. Ao voltar novamente ao assunto, hoje, já posso juntar que nossa tese foi parcialmente vitoriosa, porque a partir do segundo semestre deste ano o Governo passou a retirar parte do subsídio do trigo. Até agora o preço do trigo foi corrigido em 21 por cento total subsidiado, devendo a prática corretiva ter seqüência ao longo de 1981/82.

Exatamente para garantir que essa distorção venha a ser eliminada, com firmeza, nos próximos anos, é que venho à tribuna hoje.

O subsídio do trigo é tão danoso que as correções de preço efetuadas em fins de 1980, apenas reequilibraram o preço real do trigo em relação aos níveis praticados no segundo semestre de 1979.

porque o preço real de venda do trigo aos moinhos vem caindo desde 1966, quando tinha um índice de 125 por cento e chegou, em junho de 1980, ao preço índice de 12,5 por cento. Quer dizer, os moinhos estavam pagando apenas 12 por cento do valor real do produto para o Governo: o restante era representado por subsídios.

Segundo os dados recentíssimos divulgados pelo Ministério da Agricultura, e registrados pelo jornal "Gazeta Mercantil" de 14.11.80, para o trigo importado, o preço estava em Cr\$ 911,00 a saca de 60 quilos, e o pagamento pelos moinhos estava em Cr\$ 93,75. Agora é que esse valor se elevou para Cr\$ 225,00, mesmo assim representando 1/4 do valor real do produto.

As distorções causadas por essa situação estavam levando a economia nacional a um desastre e o balanço de pagamentos a um "beco sem saída."

4. Essa bola de neve deverá representar subsídios da ordem de 130 bilhões, para 1981, segundo projeção dos técnicos do Ministério da Agricultura. Para uma produção nacional destinada ao consumo de 2,3 milhões de toneladas, prevê-se uma importação de 4,9 milhões de toneladas, a um custo de 980 milhões de dólares. Isto porque a tonelada de trigo deverá subir para 200 dólares, no mercado mundial, dadas as perspectivas de queda no ritmo global de produção de grãos. Quer dizer, haverá uma safra mundial limitada, obrigando a maiores gastos na importação do cereal.

Quer dizer, Srs., estaremos gastando 1 bilhão de dólares só para importar trigo, como se estivéssemos nadando em confortáveis reservas de dólares, marcos, iens e outras moedas fortes. Como se não estivéssemos sangrados pela conta petróleo, o mais brutal déficit já vivido em toda a História do Brasil.

A projeção dos números de importação do trigo - se mantida a tendência - é assustadora: o trigo custou ao Brasil, na década 1971/80, cerca de 8 bilhões de dólares, entre o principal e o serviço da dívida; na próxima década (1981/90), a projeção é de 30,2 bilhões de dólares.

A esse montante gasto em divisas deve-se acrescentar outro tanto, representado pelos subsídios internos, ocasionando uma verdadeira "bola de neve" insuportável para as finanças nacionais.

Isto porque o consumo tem crescido a uma taxa de 11 por cento ao ano, dobrando a cada 6 anos e expulsando do mercado os produtos de raiz nacional.

5. Com efeito, estamos consumindo trigo inflacionário em lugar do arroz, milho e feijão, lavouras desassistidas em benefício do produtor estrangeiro de trigo, que é festejado com a garantia de compra pelo Brasil de milhões de toneladas de seu produto.

Com efeito, nestes 30 anos em que o Brasil perseguiu a meta da auto-suficiência na produção do trigo - para isso subsidiando o consumo do produto - tivemos uma progressiva redução da demanda de outros produtos de consumo popular, como o feijão, a mandioca, o milho, o arroz, cuja taxa de crescimento

foi inferior à taxa de crescimento populacional.

Enquanto isso, o subsídio ao trigo acelerou o crescimento desse produto, que avançou mais rápido que a taxa de incremento populacional de 2,7 por cento ao ano. Assim, o subsídio gerou o que se chama demanda induzida via preço subsidiado em mais de 3 milhões de toneladas, o que representa uma distorção adicional.

Em vez de consumir produtos tradicionais em sua dieta - e até mais ricos do ponto de vista nutricional - o brasileiro está marginalizando os pequenos produtores de mandioca, feijão, etc. É que, com a menor demanda desses produtos, o preço não acompanha a realidade dos custos, provocando reflexos negativos na renda dos pequenos produtores de alimentos básicos.

Os gastos públicos para este ano com a conta trigo chegam a 60 milhões, segundo cálculos do Ministério da Agricultura. Esse dinheiro, se aplicado para apoiar as lavouras nacionais de subsistência, representaria assistência permanente ao produtor de feijão, de milho, de arroz. Para estimar seu montante, basta dizer que essa verba bastaria para pagar, a preço de mercado, todo o feijão consumido este ano, no País.

Doutro lado, até que ponto o produtor nacional de trigo está sendo apoiado? Ou melhor, a retirada do subsídio afetaria o produtor nacional de trigo de modo negativo? Representante de uma região onde a triticultura tem destaque, preciso me fazer esta pergunta.

6. A retirada do subsídio não afetaria o triticultor nacional. Isto porque hoje o trigo nacional está custando para o Governo cerca de Cr\$ 65.00 por tonelada; enquanto o trigo importado sai a Cr\$ 10.999 por tonelada. Quer dizer, a produção interna sai mais barata para o País e gerou, só neste ano, uma economia de divisas da ordem de Cr\$ 11 bilhões de cruzeiros.

Mais, o produtor nacional de trigo premido com as sucessivas frustrações de safras decorrentes das variações climáticas, não consegue aumentar a produção além do nível de dois milhões de toneladas. Nesta safra de 1979/80, a colheita foi relativamente abundante, somando 2,7 milhões de toneladas, das quais 400 mil ficam para semente e 2,3 milhões são destinadas ao consumo interno.

Ora, qualquer política coerente de abastecimento, nivelaria o consumo nacional pela capacidade de produção consistente ao longo da década, não permitindo a distorção do consumo induzido via subsídio, forçando a importação. Hoje, para cada quilo de trigo consumido, estamos importando cerca de 700 gramas e produzindo internamente apenas 300 gramas.

O produtor nacional não está de namoro com o trigo: ele quer apenas apoio para uma lavoura de inverno, que perfaça o ciclo soja/trigo, soja/cevada, soja/centeio, soja/colza ou qualquer outro binômio. Tanto que Rubens Ilgenfritz Silva, Presidente do COTRIJUI, a maior cooperativa tritícola do País, assinala:

"O trigo é uma das culturas que tem necessidade de rotação, pois, as doenças fúngicas que o atacam se alogam, em grande parte, no próprio solo."

"É preciso que as estações experimentais façam pesquisa com outros alimentos alternativos, para que os próprios agricultores possam estabelecer um sistema adequado de rodízio na produção".

"Não se pode viver do ufanismo do trigo. Como tenho financiamento vou plantar trigo só para plantar - ou para colher? Até que ponto o País pode se dar ao luxo de abandonar outros alimentos básicos? Por que não se investir na policultura, na pesquisa de outros produtos?"

Como os Senhores observam, o próprio produtor de trigo não está interessado em perseguir a miragem da auto-suficiência. Ele quer produzir trigo, sim, mas em rotação com

outras lavouras, para não ter que gastar em defensivos o que ganhou na safra anterior, porque o solo ficou empestado pelas doenças fúngicas.

7. O subsídio ao trigo é, portanto, um engodo monumental, que nos força a pagar em inflação o que teoricamente estaríamos ganhando com o preço irreal pelo qual o pão é colocado à disposição do consumidor.

Vale dizer, ainda, que esse preço artificialmente baixo do trigo não beneficia o consumidor das classes mais pobres. Segundo pesquisa do IBGE/ENDEF, o consumo do trigo é mais acentuado nas populações urbanas do Sul/Sudoeste do País que entre os segmentos mais modestos da zona rural e do Norte/Nordeste, exatamente os mais desprotegidos.

De outro lado, o preço baixo artificial tem levado a distorções de consumo: o trigo está sendo usado para ração animal, para colas industriais, para contrabando, etc.

Nem se diga que o trigo é uma excelência nutricional e a retirada do subsídio provocaria um desastre alimentar. Do atual consumo calórico da população brasileira - cerca de 88 trilhões de KCal - a disponibilidade aparente da farinha de trigo não passa de 16 trilhões de KCal, ou seja, 18 por cento.

Ademais, a qualidade da proteína do trigo é inferior à do arroz, milho e feijão, a partir dos hábitos de consumo da farinha branca, o que reduz o padrão nutricional da população brasileira.

Como médico que tem experiência em Saúde Pública, que sempre se preocupou com as carências nutricionais de nosso povo, eu poderia discorrer longamente sobre a avaliação nutricional do trigo, em relação aos alimentos básicos da dieta brasileira - como fubá e outros derivados de milho, mandioca, feijão, etc.

Mas, prefiro passar por alto o assunto neste pronunciamento. Apenas salientar que não há ganho em deslocar os alimentos tradicionais em favor do trigo, sob o ponto de vista nutricional.

Pelo contrário, o brasileiro vai perdendo, dolorosamente, o hábito de consumir o milho, o arroz, o feijão, seja em preparos caseiros, seja em elaborações industriais destinados a faixas carentes. Em favor de um trigo importado que nos custa os olhos da cara", sem resolver nossos problemas.

8. Senhores, basta de financiar a prosperidade do produtor estrangeiro, contra o abandono do nosso pequeno lavrador que cultiva a mandioca, o milho, o arroz, o feijão, a batata.

Vamos atacar de frente o problema do subsídio do trigo, mantendo vigilância sobre o Governo para que medidas populistas não venham a interromper o programa do corte dos subsídios ao trigo.

Não há reflexo inflacionário maior sobre o consumidor, com a retirada parcial dos subsídios, porque o preço da farinha chegou a um nível tão baixo que ela estava sendo destinada à ração de porcos em vez de uso para consumo humano.

E o dinheiro que o Governo vinha jogando fora - via ampliação da dívida externa - na compra de trigo estrangeiro, deve ser usado para apoiar o produtor nacional de gêneros básicos, aqueles que formam a raiz de nossa história luso-brasileira, entremeada com a cultura do negro e do índio: o milho, o arroz, a mandioca e o feijão.

3' assim estaremos contribuindo - de forma adulta - para melhorar a qualidade de vida da nossa população".

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do PTB se deseja fazer uso do seu horário. Tendo declinado, consulta a Liderança do PP. (Declina). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 57/80, (Mens. Govern. n.º 62/80), que aprova os Termos Aditivos aos convênios celebrados nas datas que especifica entre o Estado do Paraná e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 57/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos aditivos datados de 05 de setembro de 1980, aos convênios celebrados nas datas abaixo, entre o Estado do Paraná e os Municípios adiante mencionados:

Município	Data do convênio aditado
Atalaia	13.08.79
Cidade Gaúcha	07.08.79
Cruzeiro do Oeste	17.08.79
Goioerê	07.08.79
Indianópolis	13.08.79
Marilena	26.12.79
Querência do Norte	07.08.79
São Carlos do Ivaí	13.08.79
São João do Caiuá	13.08.79
São Tomé	07.08.79
Xambrê	13.08.79

objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, nas sedes dos municípios signatários.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TRAJANO BASTOS — Relator

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 62/80, oriundo de Parecer da C.C.J., à ex-Proposição n.º 63/80, (Mens. Govern. n.º 66/80), que aprova o Convênio n.º 01/80, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de IRETAMA, objetivando a execução de obras de implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros, da sede do referido município. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 63/80, oriundo de Parecer da C.C.J., à ex-Proposição n.º 64/80 (Mens. Govern. n.º 67/80), que aprova os termos de convênios celebrados entre os Municípios adiante mencionados, objetivando estabelecer normas de co-participação, no sentido da aplicação de recursos em obras ligadas à cultura e ao esporte, de interesse dos municípios signatários. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 53/80), que autoriza o Poder Executivo alienar imóvel de propriedade do Estado, situado na cidade de Toledo, com área e características que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F., C.O., e C.P.O.T.C., por unanimidade. --

PROJETO DE LEI N.º 127/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante cumprimento das formalidades aplicáveis, alienar o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído pelo lote de terreno número 05, da Quadra número 25, da cidade de Toledo, com área de 750,00 m², (setecentos e cinquenta metros quadrados), contendo um prédio de alvenaria em mau estado de conservação e confrontando ao norte, com o Largo São Vicente de Paulo, numa extensão de 30,00 m; a leste, com o lote urbano n.º 07, na extensão de 25,00 m; ao sul, com o lote urbano n.º 04, na extensão de 30,00 m; e a oeste, com a Rua Almirante Barroso, na extensão de 25,00m, imóvel esse transcrito sob o n.º 12.463, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 21 de agosto de 1980.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 127/80

P A R E C E R:

Oriundo de mensagem governamental, o presente projeto de lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a alienar imóvel de propriedade do Estado, situado na cidade de Toledo, na forma como especifica.

Analisando-se a mensagem que acompanha o projeto de lei, temos que a matéria se encontra em condições de merecer a aprovação desta Casa, não havendo qualquer óbice, quer legal, quer constitucional, que possa impedir a sua normal tramitação.

Com isso, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, já que os objetivos que são apresentados, justificam plenamente a alienação pretendida.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO. Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N.º 127/80

P A R E C E R:

Visa o projeto de lei em estudo nesta Comissão, autorizar o Poder Executivo a alienar imóvel de propriedade do Estado, situado na cidade de Toledo, na forma que especifica.

Esta matéria devidamente estudada pelas duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, ofereceram pareceres favoráveis.

Analisando-se o referido projeto de lei, temos que a matéria se encontra em condições de merecer a aprovação da Casa, não havendo portanto, qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão porque nosso parecer é favorável à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1980.

(aa) PALÁCIOS — Presidente

DAVID CHERIEGATE — Relator

— Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar a votação.

Tão somente, Sr. Presidente, já que na primeira discussão a restrição é para a análise da constitucionalidade.

Como não temos nenhum óbice nesse aspecto, mas também possuímos uma emenda substitutiva e que por certo será objeto de análise mais profunda na segunda discussão.

Somente para relevar esse aspecto, dada a importância que

entendemos da emenda proposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Cortes) Continua em votação. — **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, com o apoioamento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Haroldo Costa Pinto. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Haroldo da Costa Pinto, ocorrido ontem, em Curitiba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Haroldo Costa Pinto, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Góes, ocorrido na cidade de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, com o apoioamento do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Dalcanale, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência, para o Projeto de Resolução n.º 64/80. — **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

13 Srs. Deputados aprovam; 12 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação e sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine a constituição de Grupo de Trabalho encarregado de estudar uma ampla reformulação da Polícia Militar do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Luiz Alberto Oliveira e Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando a designação de Oficial da Polícia Militar do Estado para exercer o Comando Geral da referida corporação. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "O Estado de São Paulo", com respeito à excelente qualidade do Porto de Paranaguá, no setor de exportação. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, em forma de pedido de informações sobre a situação de servidores da Escola Isolada Getúlio Vargas e Grupo Escolar Rocha Pombó, no Município de Rancho Alegre. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, com o apoioamento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando que esta Assembléia Legislativa se faça representar no ato de inauguração da sede do Banco do Estado do Paraná S/A. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de aplauso pela passagem do 28o. aniversário do Município de Florestópolis. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, com o apoioamento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Fundação de Estudos Sociais do Paraná, pela implantação em caráter pioneiro, do Curso de Administração Hospitalar em nossa capital. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Conselho Nacional de Propaganda, pela coordenação do Movimento Nacional pela Livre Iniciativa. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.